

FORMAR PROFESSORES DE GEOGRAFIA NO RIO DE JANEIRO: O QUE SIGNIFICA?¹

INTRODUÇÃO

Atualmente, a formação inicial e o desenvolvimento profissional dos professores têm sido objeto de estudo de inúmeros pesquisadores – como: Gadotti, Barretto e André (2011), Monfredini (2016), Andrade (2023), Sacramento (2021; 2024) dentre outros – ocupam-se em investigar o campo da formação de professores no nível superior, mostram a importância de pensar e refletir sobre as questões referentes às leis, aos saberes docentes e às concepções atuais do que é ser professor. Formar professores é um grande desafio devido a sua natureza de ensinar o outro a aprender algo. Esse processo não é simples e requer um conjunto de atividades em diferentes contextos e concepções de acordo com as demandas e as dinâmicas recorrentes de cada instituição de formação. Desta maneira, entende-se que cada instituição tem a autonomia de organizar e estruturar como se constituirá esse processo de formação.

Andrade (2023) nos alerta sobre os impactos da BNC-Formação nas práticas realizadas dentro da universidade, “fato este que se orienta através do foco no processo formativo superior atrelado às intencionalidades pedagógicas para futura aplicabilidade na Educação Básica” (p.140). Cada dia observa-se a tentativa de influenciar a Formação de Professores voltada para um saber fazer não articulado com uma formação teórico-metodológica conceitual, mas numa dimensão mais prática.

A formação de professores para a educação básica historicamente assumiu a preocupação de formar profissionais críticos". Estou propondo adicionar o contexto histórico para contrapor a sua crítica de que agora isto estaria se perdendo. Inclusive casaria bem com o próximo parágrafo que fala da história da formação de professores (GADOTTI; BARRETTO; ANDRÉ, 2011; ALBUQUERQUE *et al.*, 2021).

A história da formação de professores no Brasil tem promovido debates para analisar o papel atual e dos desafios de pensar os recortes estabelecidos para criar um conjunto de propostas a fim de qualificar o sentido e a ação docente. E nos últimos dez anos as licenciaturas têm sofrido diferentes intervenções, em todos os sentidos, social, político, econômico e educativo.

¹ Financiamento Bolsa Procientista-UERJ-FAPERJ



As licenciaturas ligadas às Ciências Humanas, conforme os trabalhos de Portela (2018) e Sacramento (2021) têm sido destacadas como aquelas que não têm aplicação ou não servem para o mercado de trabalho. As Ciências Humanas consideram-se neste texto: Filosofia, Geografia, História e Sociologia, disciplinas também vinculadas ao Ensino Médio que foram agregadas pela BNCC do Ensino Médio como se suas ciências tivessem de fato as mesmas origens, objetos e formações teórico-metodológicos.

A formação de professores de Geografia no Brasil tem sido impactada por diferentes ações (ALBUQUERQUE *et al.*, 2021; ANDRADE, 2023; SACRAMENTO, 2024). Mediante as mudanças significativas enfrentadas pelas formações de professores entre 2015 a 2025, as diferentes resoluções (BRASIL, 2015, 2019, 2024), três documentos estabelecendo novas dinâmicas no processo de construção do profissional docente em menos de dez anos, desta maneira a indagação: quais são as implicações para os cursos de Licenciatura em Geografia do Estado do Rio de Janeiro?

O objetivo do texto é discutir alguns impactos da formação de professores dos cursos de Licenciatura em Geografia presencial no estado do Rio de Janeiro. Os objetivos específicos são: a) compreender as discussões referentes à formação docente; b) identificar nos cursos de licenciatura as que conseguiram elaborar os seus documentos e c) analisar alguns cursos a concretização das reformas.

A Geografia, sendo ciência do espaço geográfico, tem desenvolvido diferentes discussões a respeito da sua epistemologia (MOREIRA, 2008, SANTOS, 1996; GOMES, 2017). Desta maneira, ela se fundamenta a partir da lógica da criação, organização, produção e uso do espaço e território por diferentes entes a fim de se compreenderem as dinâmicas físico-sociais que ocorrem por meio das técnicas, da cultura, do trabalho e da vida cotidiana. Ao pensar a Geografia do cunho acadêmico leva-se em consideração que as concepções teórico-metodológicas se articulam com a Geografia escolar, apesar de terem suas dinâmicas diferenciadas.

Os dados da pesquisa apresentados neste texto são parte da bolsa de pesquisa intitulada “As reformas nas Políticas Públicas Educacionais Brasileiras: o caso das Ciências Humanas e da disciplina Geografia na Formação de Professores” do Procientista da UERJ no período de 2024 a 2027 que objetiva avaliar os impactos das reformas educacionais nacionais na formação dos professores de Geografia, nos cursos de Licenciatura no Estado do Rio de Janeiro e na disciplina, nas escolas básicas.

Atualmente o estado do Rio de Janeiro conta com treze cursos de licenciatura em Geografia que se encontram em quatro instituições estaduais, duas privadas e oito federais, na



modalidade presencial, especializadas, em sua grande maioria (nove delas), na região metropolitana no Estado do Rio de Janeiro: dois na região Norte Fluminense, uma na região das Baixadas Litorâneas e um na região Sul Fluminense. Das nove localizadas na região metropolitana, cinco estão situadas na cidade do Rio de Janeiro, duas no leste fluminense (São Gonçalo e Niterói) e três na Baixada Fluminense (Seropédica, Nova Iguaçu e Duque de Caxias) (SACRAMENTO, 2024, p. 24).

Cada uma dessas instituições tem em seus currículos propostas e dinâmicas de atuação diferenciadas, mostrando que a Formação de Professores não pode ser pensada a partir de modelos, mas na construção teórico-conceitual e metodológica a partir de seus contextos.

Desta maneira, formar professores de Geografia no estado do Rio de Janeiro é entender as nuances e as lógicas socioespaciais distintas de acordo com as lógicas locais e regionais.

METODOLOGIA

A discussão sobre a formação de professores tem possibilitado pensar e repensar as políticas públicas nacionais para a reformulação de propostas vinculadas às concepções e aos conteúdos do que deve ser o “profissional do magistério” no país. Utilizo esta expressão devido à sua recorrência nos documentos recentes, em substituição aos termos "professor" ou "docente". Essa escolha envolve discussões amplas que não serão abordadas neste texto. Optarei por continuar utilizando os termos "professor" ou "docente".

Desta maneira, a preocupação da pesquisa entende-se como natureza qualitativa, a partir da coleta de dados procedimentais: levantamento de pesquisa bibliográfica e documental. Destaca-se que a pesquisa bibliográfica é aquela realizada a partir de registros já feitos por outros, tendo como objetivo desvendar, reconhecer e analisar informações ou conhecimentos sobre um determinado tema (SEVERINO, 2007). Ainda para o autor, a pesquisa documental é aquela elaborada por meio de documentos primários e que não passou por um processo analítico, o qual o pesquisador procurará compreendê-los da estrutura da análise a ser elaborada por ele.

A pesquisa busca por meio do método dialético para interpretar os fenômenos relacionados ao desenvolvimento dela, neste caso, o objeto são os documentos educacionais voltados para a formação de professores. Segundo Netto (2011, p. 25), o papel do sujeito é de “ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação”. O autor destaca que há uma ampla variedade de instrumentos e



técnicas de pesquisa disponíveis, incluindo análise documental, diversas formas de observação, coleta de dados e quantificação. Nesse contexto, a pesquisa foi operacionalizada por meio da leitura, interpretação e análise de documentos curriculares voltados à formação de professores, com o objetivo de compreender as especificidades inseridas pelos autores dessas resoluções para orientar a formação docente.

Pensar a partir do método dialético em busca de compreender o argumento no documento para discutir a respeito dele e depois trazer outros entendimentos sobre ele. Por isso, a análise sempre é um processo contínuo para que possamos sair de uma superficialidade e aprofundar mais nos propósitos do tema.

Assim, os documentos analisados são Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores para a Educação Básica: Resolução CNE/CP nº2, de 1º de julho de 2015 (já revogada) (BRASIL, 2015); Resolução CNE/CP nº2, de 20 de dezembro de 2019 (já revogada e alterada para 2024) (BRASIL, 2019) e CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024 (BRASIL, 2024). Elas trazem as orientações para a análise a partir de eixos estruturantes estabelecidos na Resolução CNE/CP (2024) os quais são: conceitos orientadores da formação; mudanças de elementos constituintes de formação; valorização da profissão e os conteúdos específicos buscam-se entender os impactos de algumas mudanças nos cursos de Licenciatura em Geografia.

Esses eixos permitem compreender como os cursos estão se adaptando a essas diferentes mudanças e quais são as dinâmicas estabelecidas por algumas delas para elaborar suas ações a partir das críticas contra as reformas na formação de professores orientadas pelo Ministério da Educação, bem como seus contextos científicos e educacionais para elaborar suas reformas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os debates sobre DCNs 2015, 2019 e 2024

A formação de professor tem sido um grande desafio nos últimos trinta anos, devido a diferentes fatores: a) falta de financiamento para educação; b) falta de valorização da formação e do trabalho docente; c) diminuição do número de estudantes nos cursos presenciais de formação de professores; d) desafios nas políticas curriculares para formação de professores; dentre outros e principalmente, nos últimos dez anos com três diretrizes nas quais trazem mudanças no processo de formação dos mesmos. Esses e outros elementos têm



promovido diferentes discussões na construção das reformas das universidades brasileiras uma vez que tem impactado diretamente na estrutura geral da formação sem diálogos efetivos com os formadores.

Os dados apresentados dos matriculados em Licenciatura no Brasil entre 2013-2023 são: 16,7% ingressantes no total de matrícula dos cursos de graduação, 73,9% são do sexo feminino, 32,9% de matrículas na rede pública, 33,1% matrículas presenciais, 60,2% das matrículas de cursos de licenciatura estão nas universidades, 5.741 milhões de matrículas à distância. Em relação à Geografia na formação de professores tivemos 50.016 mil matrículas no ano de 2023 com um total acumulado de 1.368.669, significando 2,9% de aumento e 80% de acumulado (na 7ª colocação em um número de 15ª cursos analisados) (BRASIL, 2024).

Os dados indicam uma redução no número de estudantes matriculados presencialmente em âmbito nacional, enquanto os cursos à distância apresentam crescimento relevante. Nos últimos anos, observa-se uma queda significativa na quantidade de estudantes de licenciatura em Geografia, conforme apontado por pesquisas de Silva *et al.* (2024), que destacam a demanda pelos cursos específicos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Entre os fatores identificados para essa diminuição estão: a jornada dupla, salas superlotadas, violência escolar, desinteresse dos alunos, baixa valorização salarial e políticas meritocráticas, dentre outros. Além disso, torna-se fundamental analisar o contexto atual da formação brasileira e os desafios enfrentados no estado.

Sabe-se que a Formação de professores de maneira geral é um dos temas mais debatidos dentro da educação brasileira, uma vez que diferentes estudiosos do ensino superior têm trazido diferentes pautas de discussão levando em consideração a necessidade constante de mudanças no processo formativo, principalmente com as últimas demandas advindas do Ministério da Educação. (DINIZ-PEREIRA, 2021; DOURADO, 2015; OLIVEIRA; SILVA, 2021).

Os referidos autores problematizam sobre o processo de formação de professores nos últimos anos, destacando a tentativa de padronização na construção do conhecimento do ser docente. Principalmente, a discussão para que a Pedagogia por competências se torne a base para formar professores. O documento aponta que os futuros professores deverão ser formados com base em competências gerais e específicas a serem desenvolvidas para que seja considerado professor.

Ainda para, Dourado (2015, p. 304), as principais concepções e desafios para a formação de professores para a Educação Básica, “tem se constituído em campo de disputas



de concepções, dinâmicas, políticas, currículos”, problematizando que as pesquisas trazem a necessidade de novas leituras sobre a formação inicial e continuada de professores.

As mudanças de Diretrizes para Formação Inicial de Professores nos últimos dez anos (2015, 2019, 2024) têm causado impactos nos cursos de licenciatura, isto ocorre porque, não há possibilidade de uma reforma bem estruturada em um curto espaço de tempo, uma vez que são solicitadas diferentes pontos a serem repensados.

Salientam-se alguns pontos da nova resolução a serem pensadas: a) os conceitos e as orientações para a formação inicial parecem ser uma junção de propostas e intervenções que sinalizam para uma formação sem a articulação de fundamentos e princípios formativos na proposta de uma educação humanizadora e emancipatória; b) A extinção da prática como componente curricular restringe a formação de professores/as a apenas 400 horas de Estágio Curricular Supervisionado “distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, na área de formação e atuação na Educação Básica(...)”; c) O documento deveria contemplar a valorização profissional, de forma a indicar a necessidade de se garantir: condições de formação inicial e continuada de professores/as; planos de carreira, dentre outros; o piso salarial nacional, no sentido de se efetivar salários justos e dignos para o/a profissional da educação; e as condições adequadas para o trabalho docente; d) O “Núcleo I - Estudos de Formação Geral (EFG)”, com a carga horária está similar da Resolução CNE/CP nº 2/2019, em 880 horas, com ênfase para o “Núcleo II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional”, com 1600 horas, tempo igual ao da Resolução CNE/CP nº 2/2019 e com 200 horas, dentre outros pontos. Então como essas novas mudanças estão impactando os cursos de licenciatura em Geografia?

Considerando os treze cursos de licenciatura em Geografia distribuídos em distintas instituições de ensino com suas diferentes propostas curriculares no estado do Rio de Janeiro (SACRAMENTO, 2024), cada uma tem buscado repensar como discutir a formação depois de algumas já terem implementado as DCN de 2019. Essas instituições buscaram e buscam ao longo do tempo articular a partir de seus contextos espaciais, suas concepções de universidade e de Geografia para pensar a estruturação das demandas advindas pelo Ministério de Educação (MEC), contudo, não aceitando pontos que impactam na formação autônoma e reflexiva dos estudantes. Por isso, cada mudança curricular causa diferentes impactos, dependendo da constituição de cada uma.

Assim, os cursos se veem obrigados a rever o processo realizado, uma vez que mudaram as demandas de formação atendendo ao MEC. Sendo assim, o trabalho construído pelos docentes precisa ser revisto, sem pensar as diferentes dinâmicas cotidianas já que a



universidade tem sua função de pesquisa, ensino e extensão, e também a parte administrativa, ou seja, as tarefas são múltiplas para os docentes, se tornando mais precarizadas à relação de trabalho (SACRAMENTO, 2024).

As DCNs de 2015 apresentava uma concepção mais geral diferenciada para compreender a formação e o desenvolvimento profissional a qual tinha buscado superar o desenvolvimento de competências. Seu estabelecimento ocorreu considerando alguns aspectos que não tinham sido apreciados pelas resoluções anteriores. Desse modo, as mudanças e reformulações foram propostas a partir de princípios norteadores, dentre os quais: a) sólida formação teórica e interdisciplinar; b) unidade teoria-prática; c) trabalho coletivo e interdisciplinar; d) compromisso social e valorização do profissional da educação; e) gestão democrática; f) avaliação e regulação dos cursos de formação (BRASIL, 2015).

Além disso, ela se alinhava mais com a consistência na fundamentação comum por melhorias nas práticas pedagógicas dos professores, não um currículo mínimo. A docência no contexto desta diretriz trazia como “ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem entre conhecimentos científicos e culturais, nos valores éticos, políticos e estéticos inerentes ao ensinar e aprender, na socialização e construção de conhecimentos, no diálogo constante entre diferentes visões de mundo (BRASIL, 2015, p. 2).

Assim, o texto admite que as escolas de Educação Básica também são espaços essenciais para a formação docente, desconstruindo a ideia de que ela deve acontecer apenas nos institutos superiores, distante da realidade das escolas.

Na Resolução de 2019 e 2024 a formação docente voltou a ser orientada por competências e habilidades, por mais que as diretrizes não possam ser interpretadas como a instituição de um currículo mínimo, considera-se que a BNC-Formação busca fazer isso ao resgatar o controle da formação docente. Para as melhorias segundo a BNC-Formação tem a necessidade de maior ampliação de ações voltadas para a prática de ensino, sem uma associação de fato crítica ao dissociá-la da teoria, a qual promove reflexões sobre a prática.

Concordamos que a concepção de Base Nacional Comum na BNC-Formação (2019, 2024) destoa daquelas estabelecidas pela DCN de 2015, que traziam melhores condições para a profissionalização docente a partir da articulação da formação inicial, da formação continuada e das melhores condições para o trabalho docente. A BNC-Formação (2019, 2024) passa a controlar e submeter o trabalho docente a constantes testes e avaliações.



BNC Formação constitui um pacote de violências à autonomia escolar e universitária, uma proposição fragmentada e reducionista de formação de professores para a Educação Básica. Propõe a submissão da formação de professores à Pedagogia das Competências, a serviço da reforma empresarial da educação em curso no Brasil, cujo pressuposto é a padronização curricular e controle do trabalho docente (ALBURQUERQUE, 2021, p. 110)

Desta maneira, ao pensar em quatro estruturas: conceitos orientadores da formação; mudanças de elementos constituintes de formação; valorização da profissão e os conteúdos específicos. Quando os **Conceitos orientadores da formação** é o princípio está na BNC (2019) e se estendendo Resolução de 2024, destacado como parte da preparação o futuro profissional a exercer os desafios da prática de ser professor. Assim, alguns conceitos são parte da constituição desta profissão como: domínio do conteúdo, a dimensão da prática e a da interação e compromisso profissional (engajamento). Entendemos que o conhecimento é parte do **conteúdo específico e pedagógico** a ser ensinado. Desta maneira, ao analisar a atual BNC-Formação pode-se destacar a dimensão do conhecimento específico se limita a 1600h na qual a resolução sugere a integração com os conteúdos básicos da BNCC. E estabelece a Pedagogia das Competências, como marco para o trabalho pedagógico docente. O engajamento profissional não está direcionado na dimensão do compromisso ético e político com a educação, bem de fato sobre sua capacidade de refletir sobre sua prática. As **mudanças de elementos constituintes de formação** estão baseadas na adaptação das novas demandas sejam elas pedagógicas, sociais e tecnológicas para buscar a autonomia curricular e formação crítica do professor. Contudo, o documento prescrito estabelece diminuir a função docente para o exercício do ensino, não colocando como professor-pesquisador para que possa estimular a postura deste docente, incentivando a reflexão crítica sobre a prática e a busca por novos conhecimentos e soluções. Ao pesquisar a palavra pesquisador não aparece em Brasil (2019) nem em Brasil (2024). “A BNCC tem uma estrutura discricionária e invasiva do trabalho docente. É evidente a compreensão de manual detalhado em torno das competências e habilidades, subposicionando o professor a um executor de tarefas pedagógicas” (ALBINO; SILVA, 2019, p. 143).

A **Valorização da profissão** é um dos pontos impactante dentro do processo de formação docente no qual “formação inicial dos profissionais do magistério da educação escolar básica: processo dinâmico e complexo, que possui articulação intrínseca e indissociável à valorização de profissionais de educação, às políticas de formação continuada e de gestão das carreiras do magistério, é condição necessária para a garantia da melhoria permanente da qualidade social da educação, devendo ser planejada e realizada por IES



devidamente credenciadas em articulação permanente com os sistemas de ensino dos entes federativos (2024, p. 2). O texto apesar de trazer a valorização profissional, na prática, a profissão é cada vez mais desvalorizada, os entes municipais, estaduais e federais cobram mais trabalho, mas não garantem o bem-estar do docente.

Os **Conteúdos específicos** estão vinculados aos conteúdos da Geografia e os da Educação. As DCNs estabelecem que os conteúdos precisam estar interligados com a BNCC, ou seja, os cursos de licenciatura deveriam organizar seus projetos políticos pedagógicos vinculados aos conteúdos de Geografia da BNCC. Isto significa dizer que as concepções teórico-conceituais e metodológicas voltadas para aquelas implicadas na BNCC. Essa demanda é uma das mais debatidas pelos cursos, já que todos têm defendido que os conceitos e conteúdos vinculados a esse documento, não pode ser a diretriz para a formação inicial e continuada dos professores levando em consideração que: a) cada universidade está inserida num contexto espacial, político, social, econômico e educativo diferenciada; b) cada curso tem sua especificidade de acordo com a concepção teórico-conceitual defendida pelos corpos docentes de cada departamento; c) cada curso e faculdade estrutura suas ações de acordo com a dinâmica da própria universidade; d) as concepções pedagógicas e as práticas são construídas e pensadas a partir da perspectiva teórico-metodológica de cada curso.

Os cursos de licenciatura em Geografia no estado do Rio de Janeiro

Os cursos de licenciatura em Geografia em todo Brasil têm problematizado as DCNs e as diversas intervenções em menos de dez anos. As associações como ANPEGE e AGB redigiram cartas sobre as tentativas de intervenção no processo de liberdade das universidades em estabelecerem seus parâmetros para a formação de professores nos seus contextos socioespaciais.

Esta pesquisa tem buscado compreender como as reformas têm acontecido no âmbito dos cursos vinculados ao estado do Rio de Janeiro (Sacramento, 2021, 2024). Um dos desafios está no fato das transformações constantes das resoluções, o que têm gerado desgaste de discussões de sua implementação. Não há uma coerência e um debate público de fato com as universidades para estabelecerem melhores maneiras de gestar como pensar a formação docente coletivamente, uma vez que continua sendo hierarquizado. Sendo assim, ao procurar saber a respeito das mudanças dentro dos cursos ligados à Geografia, os treze cursos presenciais têm realizados de modo distinto este processo de formulação ou adaptação dos seus currículos.



As diferentes instituições passaram parte do tempo realizando debates para fomentar sobre as possíveis mudanças a partir de suas concepções de Geografia e Educação para estruturar seus projetos políticos pedagógicos a partir dos seus contextos e demandas locais. Levando em consideração, as comissões e os colegiados de Licenciaturas esses debates acontecem de maneira demorada com várias reuniões buscando como alinhar as demandas dos documentos sem perder a essência da formação dos professores. Ao buscar analisar os projetos pedagógicos dos cursos observa-se que alguns ainda não tinham realizado as mudanças referentes à DCN de 2015 como o caso da tabela 1

TABELA 1: ANO DAS VERSÕES DO DOCUMENTO REGULADOR DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2025.

Instituto/Faculdade	Versão	Adaptação
Colégio Pedro II	2020	PPC
IFF Campos	2010	Planos de aula
PUC-Rio	2023	PPC
UERJ Cabo Frio	2021	PPC
UERJ FBF	2023	Fluxograma
UERJ FFP	2006	Em andamento
UERJ Maracanã	2012	Em andamento
UFF Angra	2023	Fluxograma
UFF Campos	2021	Fluxograma
UFF Niterói	2017	Fluxograma
UFRRJ Nova Iguaçu	2010	Em andamento
UFRRJ Seropédica	2023	PPC
UFRJ	2020	PPC

Fonte: Dados organizados por Sacramento (2025) a partir dos documentos disponibilizados no site de cada instituição.

Os institutos e faculdades com os documentos com datas inferiores à 2010 não realizaram ainda suas reformas devido às mudanças do governo em relação aos parâmetros para a formação docente. Em contato com alguns coordenadores, os cursos estavam terminando a organização curricular quando ocorreu a mudança para BNC de 2019. Os outros cursos chegaram a realizar as mudanças documentais, contudo segundo uma das professoras



da comissão de Geografia no colegiado das licenciaturas da UFF Campos Goycatazes, eles estão realizando novos debates para compreender como será a nova adequação curricular. Ou como tem ocorrido na UERJ, os seus cursos estão debatendo internamente dentro dos seus departamentos, bem como nos colegiados das licenciaturas para definir os trâmites do processo das reformas.

De uma maneira ou de outra, todos os cursos estão envolvidos nas novas demandas estabelecidas pelo MEC. Conforme a coordenação do curso de Licenciatura em Geografia da UERJ-FFP está sendo complexo entender e finalizar o documento com novas demandas. A curricularização da extensão diretamente realizada as horas de licenciatura demandam novas discussões a respeito de como elas deverão ser organizadas a fim de caracterizar extensão para os estudantes. Nos casos como a FEBF e a FFP os campi da UERJ elas estão articuladas dentro das Faculdades de Formação de Professores com diálogos não só com os departamentos do saber científico específico com também com a Educação.

Destarte, em relação às demandas dos Conceitos orientadores da formação, as Mudanças de elementos constituintes de formação, A Valorização da profissão e Os Conteúdos específicos. As universidades têm colocado diferentes problemáticas em relação a esses pontos. Neste ponto o intuito é mostrar o que as universidades com documentos mais recentes têm apontado em relação aos eixos estruturantes escolhidos para análise, conforme tabela 2.

TABELA 2: EIXOS ESTRUTURANTES DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS BASILARES DE ALGUMAS LICENCIATURAS EM GEOGRAFIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-RJ.

Instituto	Conceitos orientadores da formação	Mudanças de elementos constituintes de formação	Valorização docente	Conteúdos específicos
Colégio Pedro 2	Os conceitos orientadores da formação em Licenciatura em Geografia no Colégio Pedro II, embora não explicitados em um documento específico aqui, baseiam-se em desenvolver um professor-pesquisador com foco na formação crítica dos	Buscou se adaptar a partir das necessidades básicas estabelecidas pelo MEC.	Discussão sobre planos de carreira e contínua melhoria salarial e discussões sobre currículos, que articulem os conhecimentos produzidos nos cursos e a materialidade dos diversos cotidianos	Disciplinas específicas do curso de Geografia; Disciplinas do eixo pedagógico; Disciplinas do eixo decolonial; Disciplinas do eixo metodológico; Disciplinas optativas e eletivas.



	estudantes, promovendo a compreensão dos fenômenos geográficos através do raciocínio geográfico e da interdisciplinaridade, com ênfase na aplicação da teoria à realidade escolar e na inserção de novos temas no currículo.		das salas de aula.	
UERJ Cabo Frio	Compreender as diferentes correntes filosófica e teórico-metodológicas concernentes ao processo de ensino-aprendizagem e suas relações indissociáveis ao conhecimento geográfico na Didática da Geografia.	Buscou se adaptar a partir das necessidades básicas estabelecidas pelo MEC	Orientado pela formação de um profissional na área das ciências humanas, dotado de uma concepção social crítica, fortalecida por uma base teórico-metodológica da ciência geográfica e da Educação. Esse perfil deverá ser construído em consonância com a perspectiva multidisciplinar que a ciência geográfica vem apresentando nas últimas décadas.	Aponta para que a reflexão e a apreensão dos conteúdos geográficos e pedagógicas ocorram através de um ordenamento integrado de disciplinas que possibilitem a formação do professor de Geografia.
UERJ FEBF	Conceito de práxis, deve buscar a articulação entre conhecimento científico e conhecimento tácito, parte e totalidade, e teoria e prática no que diz respeito ao desenvolvimento, de modo integrado, de conteúdos, de comportamentos e de habilidades Apresenta em seu escopo uma perspectiva na qual as unidades espaciais centro e periferia é pensada para além de suas tradicionais dicotomias. Procura-se mesmo superar a visão de simples oposição binária e até mesmo a relação de complementaridade	Buscou se adaptar a partir das necessidades básicas estabelecidas pelo MEC	É esse profissional, que obteve uma formação geral sobre o conhecimento científico da ciência geográfica que é demandado para o exercício profissional nos espaços formais de ensino, mas também nos espaços não formais. É o profissional que deverá ser capaz de dar conta de temas emergentes e relevantes do ponto de vista social.	Articulação entre conhecimento básico e conhecimento específico a partir do processo de trabalho, concebido enquanto lócus de definição dos conteúdos que devem compor o programa, contemplando os conteúdos científicos, tecnológicos, sócio históricos e das linguagens; - articulação entre saber para o mundo do trabalho e saber para o mundo das relações sociais, e pedagógica Núcleo de Estudos Básicos, Núcleo de



	entre ambos, acompanhando os desafios que se interpõem no mundo contemporâneo.			Aprofundamento e Diversificação de Estudos e Núcleo de Estudos Integradores.
UFRRJ Seropédica	Conteúdos pedagógicos reconhecem aprendizagem significativa e reflexão e crítica a partir de Paulo Freire, em Pedagogia da Autonomia (1996).	Buscou se adaptar a partir das necessidades básicas estabelecidas pelo MEC	.Focada na valorização profissional, científica e educativa dessa ciência no Brasil, a proposta reforça a importância dos saberes geográficos na compreensão e atuação nos diversos campos de trabalho.	Núcleo Comum (NC), Nível Profissional (NP), Nível Tecnológico (NT), Núcleo de Optativas (NO), Núcleo das Atividades Acadêmicas (AA)
UFF Campos	Compromisso com a construção do conhecimento geográfico, com a cultura brasileira e com a democracia cidadã. Compromisso ético com a vida em suas diferentes manifestações naturais e sociais. Respeito à pluralidade de indivíduos, ambientes, culturas e interação profissional. ↔ Envolvimento permanente com os fundamentos teóricos e metodológicos da ciência geográfica. ↔	Buscou se adaptar a partir das necessidades básicas estabelecidas pelo MEC	Não destacada diretamente no texto	Núcleo de Estudos de Formação Geral, Núcleo de Prática como Componente Curricular, Núcleo de Estágios.
UFF Niterói	Compromisso com a discussão geográfica articulada com políticas públicas e gestão da educação, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, educação especial, dentre outros.	Buscou se adaptar a partir das necessidades básicas estabelecidas pelo MEC.	Não destacada diretamente no texto	Núcleo Específico, Núcleo Complementar, Núcleo opções livres e Educação e Ensino.

Fonte: Dados organizados por Sacramento (2025) a partir dos documentos disponibilizados no site de cada instituição.



Analizando os documentos apresentados por seis cursos de Licenciatura em diferentes contextos e demandas, podemos entender que os professores buscaram trazer elementos fundamentais para estruturar o tipo de formação que estão orientando os futuros professores de Geografia. Cada um deles tem um viés diferenciado: um mais decolonial, outro mais ambiental, outro mais pedagógico devido às características e lógicas espaciais e conceituais e pedagógicos.

Além disso, o método crítico-dialético está presente na construção dos conceitos orientadores da formação (no caso aqui não tratando de competências). Desta maneira, observa-se uma pluralidade de elementos mostrando a diversidade conceitual das instituições em questão.

Em relação às mudanças de elementos constituintes de formação as instituições têm adaptado o mínimo e o necessário para continuar com suas concepções. Aquilo que é obrigatório: horas, as nomenclaturas dos núcleos, algumas disciplinas obrigatórias estão sendo adequadas dentro do documento.

A questão da valorização docente está implícita em alguns documentos e explícitas em outros. Um dos aspectos destacados é compreender a valorização profissional e científica dos futuros docentes a partir de diferentes abordagens teórico-metodológicas na construção de um professor pesquisador. Discussão sobre o currículo, a política educacional, políticas de formação e sociais são pontos essenciais para pensar a respeito do que é ser professor e o processo de valorização profissional.

Os conteúdos específicos (na BNC formação pensada a partir das competências gerais e específicas), mas aqui analisamos a partir do que as instituições destacam como importantes para formação dos docentes. Evidente eles estão articulados as competências, mas também aos fundamentos conceituais relevantes dentro da Geografia e da Educação, bem como os núcleos estruturadores. Desta maneira, é relevante pensar a partir do exposto na tabela como cada uma organiza seus conteúdos específicos, considerando como já explicado as características do contexto, do público alvo e das necessidades de alinhamento com as concepções teórico-metodológicas do conhecimento a ser ensinado.

Estas instituições têm problematizado a necessidade de se construir o conhecimento plural, autônomo e autêntico, a partir das lógicas e contextos onde estão inseridas, assim, é pertinente que a suas organizações curriculares privilegiem elementos que são partes da formação da instituição e dos docentes ao vislumbrar os caminhos para a formação inicial dos seus estudantes.



Ao analisar de forma breve os documentos que estão em vigor a partir de 2015, observa-se a busca de implementação de elementos obrigatórios, mas que não possam desconstruir a essência da formação em questão.

Entende-se, que essas políticas curriculares voltadas para a formação de professores precisam ser articuladas como resultado de acordos, lutas, disputas e manobras que fazem com que ela adquira certas configurações que não são apenas o resultado daquilo que os grupos dominantes definem, mas da luta constante por aqueles que são subalternizados. Logo, pensar as licenciaturas em Geografia e seus processos de construção diz respeito à interpretação e à análise de diferentes realidades que estão especializadas em diferentes espaços. (SACRAMENTO, 2024, p. 27)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração os três últimos documentos a respeito da Formação Inicial dos professores, tem-se percebido a falta de clareza do MEC e dos responsáveis pelo ensino superior do país. Isto significa dizer as universidades, faculdades, centros e institutos que tem os cursos de Licenciatura em Geografia que precisam se adequar a diferentes demandas de formação que não atende em geral as expectativas de cada uma por conta de seu contexto espacial que engloba o político, econômico e social. O que significa?

Para aqueles que buscam uma discussão a partir de um caráter reflexivo, embasado no tripé do conhecimento de referência, na realidade da escola e na dinâmica da sociedade, representa uma padronização da formação, apesar de o documento, em alguns momentos, destacar a importância do conhecimento, sabe-se, no entanto, que, de fato, o que está no horizonte dessa política é instituir mecanismos de controle da formação, bem como submeter um sistema de avaliações para professores com o intuito de homogeneizar os discursos e as práticas.

Ao problematizar quatro estruturas como: conceitos orientadores da formação; mudanças de elementos constituintes de formação; valorização da profissão e os conteúdos específicos, mostramos que pontos estão nas DCNs de 2019 e 2024, eles podem até ser necessários, mas podem ser relacionadas a questões vinculadas as dimensões mais diretivas da formação nos institutos, e não a forma como querem implementar a partir da BNC-Formação.

Ao discutir a respeito dos cursos de licenciatura em Geografia localizados no estado do Rio de Janeiro compreendemos as suas diferentes dificuldades de concretização das reformas por conta das mudanças em menos de dez anos sobre as diretrizes curriculares para a



formação de professores. A busca para enquadrar a formação a partir da BNCC é desconstruir a concepção da formação de professores e suas diversas dinâmicas uma vez que a formação é pensada a partir das concepções de formação de cada instituto.

As licenciaturas têm buscado analisar as demandas atuais e as exigências estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), considerando suas dimensões espaciais, políticas, sociais e educativas. É fundamental valorizar a autonomia e a autoria dos envolvidos na elaboração dos respectivos documentos curriculares, aspecto evidenciado nos materiais coletados e examinados nas seis licenciaturas apresentadas neste texto. Em relação aos objetivos, observa-se que: a) O texto tem como propósito examinar o debate contemporâneo sobre a formação de professores, com ênfase no papel do docente como mediador do conhecimento e nas implicações das reformas propostas pelo Ministério da Educação; b) A identificação dos cursos de licenciatura que conseguiram desenvolver seus próprios projetos político-pedagógicos permite analisar os elementos considerados no processo formativo docente; c) Os cursos apresentados demonstram autonomia e apresentam propostas específicas para a construção do conhecimento voltado à formação de professores na instituição, fundamentados em referenciais próprios e dinâmicas relacionadas ao contexto espacial, social, político e educativo em que estão inseridos.

REFERÊNCIAS

ALBINO, Â. C. Alves. SILVA, A. F. da. BNCC e BNC da formação de professores: repensando a formação por competências. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 137-153, jan./maio 2019. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/966>. Acesso em: 10 jun. 2020.

ALBUQUERQUE, M. A. Martins et al. **Manifesto**: críticas às reformas neoliberais na educação: prólogo do ensino de Geografia. 1. ed. Marília: Lutas Anticapitalista, 2021.

ALVES, V. M.; CARVALHO, M. E. R. A formação de professores na Base Nacional Comum (BNC-FORMAÇÃO): impasses para execução dos itinerários formativos. In: CARVALHO, C. M. N., SOARES, I. B., and COSTA, M. L. R., eds. **Veredas e (re)configurações da formação docente** [online]. Belo Horizonte: Editora UEMG, 2022, pp. 80-110.

ANDRADE, R. C. Considerações acerca da BNC-Formação e as novas morfologias do trabalho. **Terra Livre**, v. 1, p. 121-156, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3210/2337>. Acesso em: 20 ago. 2025.



BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP). **Resolução CNE/CP nº2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, n. 124, p. 8-12, 2 jul. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-cp-2015>. Acesso em: 01 abr. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP). **Resolução CNE/CP nº2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 46-49, 15 abr. 2020. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2982/resolucao-cne-cp-n-2>. Acesso em: 01 abr. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP). **Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 46-49, 15 maio. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes-cp-2024>. Acesso em: 01 abr. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2023: Notas estatísticas**. Brasília, DF: Inep, 2024.

COLÉGIO PEDRO II. Projeto político-pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia. Rio de Janeiro: Campus Realengo. 2023. Disponível em: https://www.cp2.g12.br/blog/graduacao/files/2023/11/PPC_GEO_2020_2021e2022.pdf. Acesso em: 20 ago de 2025.

DINIZ-PEREIRA, J. E. Nova tentativa de padronização dos currículos dos cursos de licenciatura no Brasil: a BNC-Formação. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v.17, n. 46, p. 53-71, 2021.

DOURADO, L. F. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da Educação Básica: concepções e desafios. *Educação & Sociedade*, v.96, n. 131, p. 299-324, 2015.

GATTI, B. A; BARRETTO, E. S. de S.; ANDRÉ, M. E. D. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília, DF: UNESCO, 2011.

MONFREDINI, I. (Org). As possibilidades de formação de sujeitos na universidade. In: **A Universidade como espaço de formação de sujeitos** [e-book]. Santos (SP): Editora Universitária Leopoldianum, 2016, p. 7-20. Disponível em: https://www.unisantos.br/wp-content/uploads/2017/01/ebook_universidade_espaco_formacao_sujeitos.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.



NETTO, J. P. **Introdução ao estudo teórico de Marx**. 1ª ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.

OLIVEIRA, S. M. S. de; SILVA, C. D. M. da. Formação de professores em tempos de retrocesso: o que dizem os documentos oficiais? **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n.1, p. 141-152, 2021.

Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/22512>. Acesso em: 28 de ago. 2021.

PORTELA, M. O. B. A BNCC para o ensino de Geografia: A proposta das Ciências Humanas e da Interdisciplinaridade. **OKARA: Geografia em debate (UFPB)**, v.12, n. 1, p. 48-68, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/article/view/38216>. Acesso em: 29 abr. 2020.

SILVA, R. R. da. Crise e Desafios nos Cursos de Licenciatura no Brasil - o caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). VIII Congresso de Geógrafas e Geógrafos Brasileiros. Geo-grafando para construir o Brasil. **Anais...** São Paulo: VII CBG, 2024. s/p.

SACRAMENTO, A. C. R. Reflexões sobre as novas reformas de formação de professores: estudo de caso das licenciaturas dos cursos de Geografia no estado do Rio de Janeiro. **Boletim Alfenense de Geografia**. Alfenas, v. 1, n.1, p. 3-20, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/243949.1.1-13>. Acesso em: 20 abr. 2025

SACRAMENTO, A. C. R. As condições atuais dos cursos de Licenciatura em Geografia no Estado do Rio de Janeiro. In: BASQUEROTE, A. T. (Org.). **Geografia e sociedade: compreendendo as dinâmicas globais 3**. 1ª ed. Ponta Grossa: Editora Atena, 2024, v. 3, p. 17-33.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ed. São Paulo: Cortez, 2007.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ). **Projeto político-pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia**. Duque de Caxias: Faculdade de Educação da Baixada Fluminense: Departamento de Geografia, 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ). **Projeto político-pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia**. Campus Regional de Cabo Frio: Departamento de Licenciatura em Geografia, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Projeto Político do Curso**. Campus Campos de Goytacazes: Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional: Curso de Licenciatura em Geografia, 2023. Disponível em: <https://geografiacampos.uff.br/licenciatura-em-geografia/>

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Projeto Político do Curso**. Campus Campos Niterói: Departamento de Geografia: Curso de Licenciatura em Geografia, 2017. Disponível em: <https://geografia.sites.uff.br/index.php/curriculo/>. Acesso em: 20 ago 2025.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ). Curso de Geografia na modalidade de Licenciatura Plena. **Projeto Pedagógico**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Campus Seropédica: Instituto de Geociências - Curso de Geografia, 2023. Disponível em: <https://cursos.ufrj.br/grad/geografia/files/2024/03/PPC-Graduacao-Geografia-Seropedica-Bacharelado-e-Licenciatura-2023.pdf>. Acesso em: 20 ago 2025.

